

Cultura

GABINETE DO SECRETÁRIO

Comunicado Observadas as exigências do Resolução TC. - 5, de 24-04-97, republicada em 10-05-97 e do artigo 5º da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores determinando fossem justificados os pagamentos que, porventura, não obedecerem a ordem cronoló-gica, temos a esclarecer que os pagamentos realizados por esta Secretaria de Estado da Cultura têm como objetivo atenderem compromissos assumidos com fornecedores e prestação de servi-ços pertinentes às atividades da Pasta, ocorrendo sempre, em razão de despesas que se configuram como inadieváveis: PDs a serem pagas

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
120102	2006PD00045	337,82
120102	2006PD00046	195,36
120102	2006PD00048	12,55
TOTAL		545,73

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
120104	2005PD04159	144,46
120104	2005PD04160	118,80
120104	2005PD04161	25,66
TOTAL		288,92

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
120106	2006PD00066	1.874,60
TOTAL		1.874,60

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
120107	2006PD00007	914,10
TOTAL		914,10

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
120108	2005PD01393	1.290,60
120108	2006PD00092	18,31
120108	2006PD00093	1.185,24
TOTAL		2.494,15

UG LIQUIDANTE	NUMERO DA PD	VALOR
120110	2006PD00091	351,62
TOTAL		351,62
TOTAL GERAL		6.469,12

Extrato de Contrato
Processo SC 2179/2005 - Contrato 081/2005 - Contratante: O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Cultura - Gabinete do Secretário e Assessorias. Contratada: Linex Travel Viagens e Turismo Ltda. Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de emissão de passagens aéreas regionais, nacionais e internacio-nais. Vigência: quinze meses a partir da assinatura. Valor Total Estimado: R\$ 269.337,13, onerando a UGE 120101 - Programa de Trabalho 13.122.0100.5440.0000 - Natureza de Despesa 33.90.33. Data de assinatura: 28/12/2005. (Publicado nova-mente por ter saído com incorreções)

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho da Diretora, de 1-12-2005
Processo SC. 2718/2005 - Contrato SC. 084/2005 - Contratante: Secretaria da Cultura - Divisão de Administração/GS - Contratada: ANTONIO RODRIGUES DE LIMA - Objeto: prestação de serviços de manutenção nos reló-gios existentes na torre do prédio Sede da Pasta. Vigência: 12 meses, contados a partir da data da assinatura. Valor total esti-mado: R\$ 6.600,00. Dos Recursos: UGE. 120102, Programa de Trabalho 13.122.0100.5440.0000. Classificação de Despesa 339039 do corrente exercício. Data da assinatura. 01-12-2005.

DEPARTAMENTO DE ARTES E CIÊNCIAS HUMANAS

Extrato de Contrato
Processo SC - 2877/05 - Interessado: Departamento de Artes e Ciências Humanas
Assunto: PROJETO OS 4 CANTOS DO HIP HOP
CONTRATO Nº 188/2005
VIGÊNCIA: 16/12/2005 à 31/01/2006
VALOR R\$ 155.000,00

PTRES	UO	PT	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DESPESA	UGO
120112	12001	13392120154420000	001001001	3903999	1220010

DEPARTAMENTO DE MUSEUS E ARQUIVOS

MEMORIAL DO IMIGRANTE

Extratos de Convênio
Processo SC nº 2933/05 - Convênio: 74/2005
Participes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura e a Associação de Amigos do Memorial do Imigrante
Objeto: realização da exposição “São Paulo Antigo: Estú-dio Fotográfico”
Assinatura: 21/12/2005
Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) que one-rará UGE: 120111, PT: 13.391.1202.5452.0000; Natureza da Despesa: 335041.04, do exercício vigente.
Vigência: 21/12/2005 a 30 de julho de 2006
Processo SC nº 2602/05
Convênio: 02/2005
Participes: Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura e a Associação de Amigos do Memorial do Imigrante
Objeto: realização da exposição “ Café: do Campo aos Salões”
Assinatura: 12/12/2005
Valor: R\$123.000,00 (cento e vinte e três mil reais) que onerará UGE: 120111, PT: 13.391.1202.5452.0000; Natureza da Despesa: 335041, do exercício vigente.
Vigência: 12/12/2005 a 30 de julho de 2006.

Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despacho do Diretor da Divisão de Administração, de 16-12-2005
Processo: SCTDE-682/05 - Interessado: Divisão de Administração
Assunto: Contratação emergencial de empresa especializa-da em serviços de prestação de limpeza
Designo como Gestor do Contrato de que trata o artigo 10, do Decreto nº 42.857/98, o servidor José de Vasconcelos Pinto, RG: 6.194.420

FACULDADE DE ENGENHARIA QUÍMICA DE LORENA

Comunicado
Processo seletivo - edital 20/2005-proc.590/2005
A Diretoria geral torna pública, por meio da seção de recur-sos humanos a relação de notas da 2ª fase obtida pelos candi-datos do processo seletivo para contratação por tempo deter-minado, na função de pedreiro:
Candidatos habilitados

NOME	NOTA 2ª PROVA
Edmilson Lopes	9,25
Luiz Rogério Martins	9,25
Antonio Marcos Alvarelo	9,00
Antonio Carlos da Silva	8,75
Rogério Barbosa das Neves	8,75
Sérgio Gonçalves	8,75
Cledson Luiz dos Santos	8,25
João Ronaldo Silvino	8,00

De acordo com a legislação em vigor, os candidatos pode-rão apresentar recurso no prazo de 3 dias contados da publica-ção desses resultados em DO, mediante requerimento dirigido ao diretor, por meio da seção de recursos humanos.

FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Despacho do Diretor, de 23-1-2006
Edital G.D.G. Nº 009/2006 - O Diretor Geral da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Autarquia de Regime Especial - FAMERP, Prof. Dr. Humberto Liedtke Junior, torna público, para conhecimento dos profissionais que atuam na Área da Saúde, a abertura das Inscrições para o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” - Especialização em Gerenciamento em Enfermagem, desenvolvido de acordo com o Regimento FAMERP/99 e a legislação em vigor, aprovado pela Deliberação do Conselho Departamental Nº. 61 de 28 de junho de 2005.

1. DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO:
O curso terá duração de 18 meses, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso e início em 10 de março de 2006 e término previsto para agosto de 2007.

2. DA CARGA HORÁRIA:
O curso terá um total de 480 h/a divididas em atividades, práticas, teóricas e orientação do Trabalho de Conclusão de Curso. Será ministrado quinzenalmente:

sextas-feiras das 19:00 às 23:10h
aos sábados das 08:00 às 17:40h

3. DAS VAGAS:

Turma com no máximo 60 e no mínimo 40 vagas.

4. DOS OBJETIVOS:

* Especializar enfermeiros para gerir a assistência de enfer-magem em instituições hospitalares e de saúde de forma a atuar como agente de mudança no desenvolvimento de siste-mas de gestão mais eficazes para o bem estar social;

* Especializar enfermeiros para gerenciar a assistência sis-tematizada de enfermagem, possibilitando a identificação e análise dos problemas de enfermagem, a implementação de ações e avaliação das mesmas, buscando a melhoria continua do cuidado oferecido ao usuário de saúde;

* Instrumentalizar o enfermeiro para torná-lo competente, com habilidades interpessoais e gerenciais agregando valor profissional às instituições de saúde em que atua;

* Capacitar o enfermeiro para analisar criticamente os modelos de assistência e gestão vigentes e as novas tendên-cias, discutindo a responsabilidade do enfermeiro na utilização de recursos humanos, tecnológicos, materiais e financeiros;

* Capacitar enfermeiros para a realização de pesquisa rela-cionada à assistência à saúde no contexto gerencial com o intuito de desenvolver o profissional para adquirir competência nesta área ampliando sua responsabilidade social.

5. DAS INSCRIÇÕES:

5.1. Período: As inscrições estarão abertas no período de 19/01/2005 a 03/03/2006, das 8h às 17h na FAEPE - Fundação de Apoio ao Ensino à Pesquisa e Extensão de Serviço à Comunidade;

5.2. Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 5416, Vila São Pedro.

5.3. Informações: FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Fone: (0XX 17) 3201-5734, 3201-5717 e 3227-6012.

6. DA SELEÇÃO:

Se o número de candidatos for maior do que o número de vagas, será realizada análise de Curriculum por um dos Coordenadores.

7. DA MATRÍCULA:

2 fotos 3x4 recentes;

Fotocópia do Diploma do Curso de Graduação;

Fotocópia do Histórico Escolar;

Fotocópia do RG;

Fotocópia do CPF;

Comprovante de endereço;

Registro no Conselho Regional de Enfermagem (COREn); Curriculum Vitae

8. DEVOLUÇÃO DOS DOCUMENTOS:

Será devolvida toda a documentação utilizada no processo seletivo dos candidatos que não conseguirem vaga.

9. DO REGIME DIDÁTICO DO CURSO:

9.1. Aproveitamento mínimo de 70%

9.2. Frequência mínima de 75%

9.3. Os módulos terão avaliações teóricas, elaboração de tra-balhos a critério do professor e avaliação das atividades práticas.

9.4. Cada aluno executará um trabalho no final do curso.

Juventude, Esporte e Lazer

GABINETE DO SECRETÁRIO

2º Termo de Aditamento

Outorgante: Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer - Outorgado: Prefeitura Municipal de Presidente Alves - Objeto: 2º Termo de Aditamento visando a alteração Projeto do Convênio firmado em 02/12/04 e aditado em 31/05/05, destinando os recursos financeiros para construção de um Centro Esportivo no Distrito de São Luiz do Guaricanga. - Cláusulas Aditadas: Cláusulas primeira, sexta e nona do Convênio nº 162/04. - Cláusula Primeira - do Objeto - Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiros para construção de um Centro Esportivo no Distrito de São Luiz do Guaricanga, de acor-do com o Plano de Trabalho que faz parte integrante deste ins-trumento, como Anexo I, às fls. 11, 30, 51/52, 171/181 e 185/195. - Cláusula Sexta - da Liberação dos Recursos - Os recur-sos de responsabilidade do Estado serão repassados de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra, fls. 181, que faz parte integrante do termo de convênio, em 03 (três) parcelas. - Cláusula Nona - do Prazo de Vigência - O prazo de vigência pre-visto na Cláusula Nona fica prorrogado até 29/12/2006. - Data da Assinatura: 10/01/2006 - Proc. SJEL nº 924/2004

Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

Resolução SMA - 2, de 23-1-2006

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, Considerando que a Lei nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006, delega ao órgão estadual responsável pelo monito-ra-mento, licenciamento e fiscalização ambiental a atribuição de execução da referida Lei,

Considerando que a aplicação da Lei envolve outros órgãos estaduais na gestão da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga e, Considerando que a Lei estabelece o prazo de 120 dias para a elaboração de seu regulamento, Resolve:
Artigo 1º - Fica criado um Grupo de Trabalho denominado - GT-Lei Especifica Guarapiranga, com a finalidade de elaborar a proposta de regulamentação no que se refere às atribuições dos órgãos estaduais, definidas na Lei nº 12.233-2006, que cria a Área de Proteção e Recuperação Ambiental dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga.

Artigo 2º - O GT-Lei Especifica Guarapiranga será compos-to por representantes dos seguintes órgãos, que indicarão seus representantes titulares e suplentes sendo:

I - da Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

Secretaria do Meio Ambiente - Balcão Único;

Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais-CPRN;

Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental-CPLEA;

Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB;

II - da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento: Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP;

Departamento de Água e Energia Elétrica-DAEE;

III - da Secretária da Habitação:

Secretaria da Habitação;

Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano-CDHU.

Artigo 3º - O GT-Lei Especifica Guarapiranga será coorde-nado pela Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais- CPRN.

Artigo 4º - O prazo para a elaboração da proposta será de 60 (sessenta) dias.

Artigo 5º - O GT-Lei Especifica Guarapiranga poderá convi-dar profissionais para subsidiar os trabalhos.

Artigo 6º - O GT-Lei Especifica Guarapiranga fará articula-ções com sub-comitê Cotia Guarapiranga para regulamentação das competências do órgão colegiado, de acordo com o esta-belecido no artigo 2º, da Lei nº 12.233-2006, e para a elabora-ção da proposta final de regulamento da referida Lei.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria CG - 2, de 20-1-2006

Constitui responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos termos do contrato nº 015/2004 - SMA/PPMA, firmado em 29/12/2006 com a empresa Multicon Engenharia Ltda

O Chefe de Gabinete, com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com os artigos 64 e 70 da Lei Estadual nº 6.544/89, resolve:

Artigo 1º - Designar os funcionários: Arquiteta Eloá de Castro Cruzeiro, portadora do RG. 9.704.171 e CREA 060.147.744-5, Engenheiro José Roberto Muratore, portador do RG. 9.991.540 e CREA 060.126.746-9 e o Senhor Marco Antonio de Almeida, portador do RG. 4.508.859, como respon-sáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos termos do contrato nº 015/2005 - SMA/PPMA, firmado em 29/12/2005, objetivando a construção de base integrada de fis-calização/visitação e saneamento da sede/rede elétrica subter-rânea no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo de Cunha

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Despacho do Coordenador, de 20-1-2006

Ratificando, nos termos do Artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação, declarada pelo Sr. Diretor Geral do DEPRN, com fundamento no “Caput” do Artigo 25 do mencionado Diploma Legal, referente a realização da despesa com Seguro Obrigatório de Veículos (DPVAT) da frota deste Departamento, junto à Cia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, através do Processo SMA 60.010/2006.

Extrato do Segundo Termo Aditivo

Processo: SMA 10.196/2004 - Contrato CPRN nº 07/2004
Contratante: Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais.

Contratada: Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Parecer C.J.021/2006.

Objeto: Contrato de prestação de serviços especializados para implantação de sistemas de gestão documental por meio de ade-quação das atividades de arquivamento dos documentos técnicos da atividade fim da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção de Recursos Naturais - CPRN, de suas unidades DAIA - Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, DUSM - Departamento de Uso do Solo Metropolitano e DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais.

Clausulas Retificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - a Cláusula Quarta dos Prazos e Etapas de Execução nos seus itens 5 14 fica alterada como segue:

ETAPAS	PRAZO
1.	Reuniões para definição de diretrizes, compromissos e procedimentos p/ execução do trabalho e organiza-ção de equipe técnica responsável pelo acompanha-mento e desenvolvimento dos trabalhos. 30 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório, contendo os procedimentos organi-zacionais p/ execução do projeto.
2.	Estudo e Análise da legislação atual, solicitação de processos da instituição, por amostragem, p/ elabo-ração da tabela de temporalidade preliminar e reu-niões com técnicos da área de protocolo, para conhe-cimento da planilha utilizada pela instituição, para adequação das tabelas de temporalidade. De 30 a 210 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal.
3.	Análise dos processos selecionados, por amostra-gem, p/ definir a destinação dos processos de acordo c/ a legislação específica. De 30 a 240 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal.

4.	Elaboração da tabela de temporalidade preliminar dos processos: DEPRN, DUSM e DAIA De 60 a 270 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal.
5.	Reuniões c/ os técnicos do órgão gerador dos proces-sos p/ análise, adequação e/ou aprovação da tabela preliminar. De 90 a 390 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal.Até 16/10/2005.
6.	Encaminhamento da tabela de temporalidade preli-minar aos dirigentes da CPRN. De 90 a 420 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal. Até 16/11/2005.
7.	Elaboração de instruções /orientações e treinamento p/ supervisores e grupo de trabalho alocado p/ o projeto. De 90 a 450 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório Mensal. Até 16/12/2005.
8.	Disponibilização de planilha e listagem detalhada dos processos a serem analisados. De 60 a 395 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal. Até 30/10/2005.
9.	Estudo, análise e adequação dos processos da CPRN, identificando, nas diversas séries documentais, os processos passíveis de eliminação, com fundamento no Art. 25, do Decreto nº 48.897/2004, observadas as especificações constantes da tabela preliminar de temporalidade. De 90 a 480 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal. Até 16/01/2006.
10.	Destinação dos processos quanto ao tipo de arquivo: Corrente; Intermediário e Permanente ou descarte. De 90 a 480 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório mensal. Até 16/01/2006.
11.	Elaboração de listagem dos processos indicados para descarte e elaboração de minuta para publicação no D.O. De 270 a 480 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de Relatório Mensal. Até 16/01/2006.
12.	Consolidação das tabelas preliminares e/ou comple-mentares em uma única tabela. De 330 a 450 dias após a assinatura do contrato, contra entrega de relatório Mensal. Até 16/12/2005.
13.	Elaboração do Manual Instrucional de Gestão Docu-mental. De 330 a 480 dias após a assinatura do contrato, contra entrega do Manual de Instrução de Gestão Documental.
14.	Elaboração de Relatório Final. 540 dias após a assina-tura do contrato, contra entrega de Relatório Final do contrato.Até 16/03/2006.

CLÁUSULA TERCEIRA - a CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA fica acrescida no subitem 10.1.1 com a seguinte redação:

10.1.1 o prazo de vigência do presente contrato, fica prorrogado por mais 2 (dois) meses, totalizando 18(dezoito) meses, contados a partir da assinatura do presente contrato.

Programa de Trabalho: 18.542.2601.5062.0000, Natureza de Despesa: 33.90.39, Unidade de Despesa: 26.00.31. Data da assinatura: 16/01/06.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

Despacho do Diretor Geral, de 20-1-2006
Autorizando, nos termos do “Caput” do Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação, referente à des-pesa com seguro obrigatório (DAPVAT) para a frota deste Departamento. Processo SMA 60.010/2006 - Cia de Seguros do Estado de São Paulo - Cosesp

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Resolução Conjunta SF/PGE - 1, de 23-1-2006
Disciplina o cancelamento de débitos fiscais rela-cionados com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, nos termos do arti-go 4º da Lei nº 12.181, de 29-12-2005, e dá outras providências
O Secretário da Fazenda e o Procurador Geral do Estado, tendo em vista as disposições do artigo 6º da Lei nº 12.181, de 29 de dezembro de 2005, resolvem:
Artigo 1º - Os débitos fiscais relacionados com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, decorren-tes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2000, serão cancelados de ofício, nos termos do artigo 4º da Lei n.º 12.181, de 29 de dezembro de 2005, pelas autoridades indicadas no artigo 3º, segundo a disciplina estabelecida nesta resolução.
Parágrafo único - Excepcionalmente, o cancelamento tam-bém poderá ser solicitado pelo interessado, por meio de reque-rimento devidamente instruído e dirigido às autoridades indica-das no artigo 3º, observando-se a competência ali prevista e o local onde se encontrar o expediente ou o processo.
Artigo 2º - Com a finalidade de dar subsídios ao cancela-mento dos débitos fiscais inscritos ou não inscritos na divida ativa, previstos nesta resolução, a Coordenadoria da Adminis-tração Tributária - CAT, por sua Diretoria de Informações, consi-derando os fatos geradores do IPVA ocorridos até 31 de dezem-bro de 2000, manterá registro em seus sistemas de informação dos débitos, nos casos previstos na alínea “a” dos incisos I e II, do art. 3º desta resolução, mediante atualização da base de dados do sistema de controle de arrecadação.
Parágrafo único - O registro nos sistemas de informação previsto no “caput”:
1 - ficará disponível, no sistema de controle de arrecadação do IPVA, aos órgãos da CAT e da Procuradoria Geral do Estado, para fins de consulta e outros subsídios necessários ao cancela-mento desses débitos, sem prejuízo do fornecimento de infor-mações:
a) até 30 de novembro de 2006, para os fatos geradores ocorridos em 1999;
b) até 30 de novembro de 2007, para os fatos geradores ocorridos em 2000;
c) após as datas mencionadas nas alíneas “a” e “b”, mediante consulta que será disponibilizada pelos sistemas da Diretoria de Informações.

Artigo 3º - São competentes para praticar os atos adminis-trativos necessários ao cancelamento do débito fiscal, decor-rente de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2000, nos termos desta resolução:
I - em se tratando de débito fiscal não inscrito em divida ativa e não exigido por meio de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM: